DO MATERIAL AO IMATERIAL: A FESTIVIDADE DE SÃO BENEDITO EM PARAIBUNA ATRAVÉS DOS REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Maria Julia Siqueira Batista, Anne Cristine Siqueira Souza, Nilton Carlos Rosa

[1]Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP majusiqueirabatista@gmail.com, sannecristine@gmail.com, niltoncarlos.rosa4@gmail.com

Resumo

Este artigo propõe discutir a relevância dos documentos e arquivos históricos localizados no município de Paraibuna (SP), compreendendo-os como instrumentos fundamentais para a preservação, construção e transmissão da memória local. Esses acervos constituem importantes fontes para o conhecimento das experiências sociais, culturais e religiosas desenvolvidas pela população ao longo do tempo. Nesse sentido, a pesquisa adota uma abordagem que valoriza tanto o patrimônio documental quanto o patrimônio cultural imaterial, considerando a relação existente entre os registros preservados nos arquivos e as práticas culturais ainda presentes no cotidiano da comunidade. Como exemplo dessa articulação, destaca-se a Festa de São Benedito. A análise dessa festividade e de seus desdobramentos possibilita compreender como determinados elementos da cultura local são preservados, ressignificados e incorporados à memória coletiva. A fundamentação teórica apoia-se em autores que discutem a natureza dos documentos históricos, arquivos, memória e patrimônio cultural, considerando seus múltiplos significados.

Palavras-chave: Paraibuna, arquivo, memória, patrimônio imaterial, festividades.

Curso: História

INTRODUÇÃO

Em tempos de transformações constantes e aceleradas, a preservação da memória torna-se uma tarefa essencial para o fortalecimento da identidade de uma comunidade. Para Halbwachs (1990) a memória refere-se a um conjunto de lembranças compartilhada entre membros de grupos, constituindo um nível de lembranças individuais e coletivas. Ao discutir identidade, Barth (2005) pondera que a identidade é feita pela diferença entre indivíduos. Para o autor, “(...) os grupos étnicos não são grupos formados com base em uma cultura comum, mas sim que a formação de grupos ocorre com base nas diferenças culturais” (Barth, 2005, p.16).

Paraibuna, município localizado no Vale do Paraíba Paulista, é um exemplo de como a história local deve ser preservada e valorizada por meio de seus documentos, arquivos e registros fotográficos. Neste sentido, o presente artigo busca refletir sobre a importância desses registros como fontes históricas, relacionando-os à noção de patrimônio imaterial da cidade. O conceito de Patrimônio Imaterial é expresso por aquilo que é intangível, sendo manifestado por tradições, conhecimentos e costumes que representam a identidade de um povo e na visão de Vianna (2016), “é adotado em muitos países e fóruns internacionais como complementar ao conceito de patrimônio material na formulação e condução de políticas de proteção e salvaguarda dos patrimônios culturais, sob a perspectiva antropológica e relativista da cultura”.

A preservação da história por meio de arquivos não é apenas uma ação burocrática, mas também um gesto de cuidado com a cultura local. Segundo Karnal e Tatsh (2003), a memória não é confiável por si só, ela é seletiva, frágil e subjetiva. Assim, os documentos tornam-se uma âncora concreta para o passado, exigindo, no entanto, que sejam analisados criticamente. Ao questionarem “o que é um documento?", os autores acima mencionados defendem que existe uma grande variedade de fontes históricas, assegurando que qualquer elemento pode ser considerado uma fonte, desde que seja

inserido em seu contexto e interrogado de forma adequada. Segundo Bloch (1949) “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele”. Isso amplia a compreensão sobre o que deve ser preservado e estudado.

METODOLOGIA

O processo metodológico adotado para o desenvolvimento deste artigo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, articulando o levantamento bibliográfico e a análise documental e iconográfica. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica de autores que discutem conceitos e problemáticas relacionados ao patrimônio cultural, aos arquivos, à memória e à cultura popular, buscando estabelecer um referencial teórico capaz de subsidiar a compreensão das práticas culturais e das formas de preservação e representação da memória coletiva. Esse levantamento possibilita não apenas a delimitação conceitual da pesquisa, mas também a construção de instrumentos interpretativos para a análise das fontes selecionadas.

Paralelamente à pesquisa bibliográfica, realizou-se o levantamento e a análise de acervos fotográficos relacionados ao objeto de estudo, com especial atenção às imagens disponíveis no Centro de Memórias de Paraibuna (CMP) e no acervo disponibilizado por meio do site do Instituto Chão Caipira. As fotografias são compreendidas, neste trabalho, como fontes históricas e documentos culturais capazes de registrar aspectos das práticas sociais, das manifestações populares, dos espaços de sociabilidade e das transformações vivenciadas pela comunidade ao longo do tempo. Nesse sentido, sua análise considera não apenas os elementos visuais presentes nas imagens, mas também, quando disponíveis, informações referentes à autoria, datação, contexto de produção, identificação dos sujeitos e lugares representados e formas de organização e preservação desses registros nos respectivos acervos.

DISCUSSÃO

O acervo documental em Paraibuna como certidões, atas de reuniões, registros de propriedade, fotografias e cartas, são partes fundamentais do que se pode chamar de "memória viva" da cidade. Esses materiais permitem que pesquisadores, estudantes e a própria comunidade tenham acesso a um passado que contextualiza o presente. Tais registros não servem apenas para narrar fatos passados, mas também para interpretar as relações sociais, políticas e econômicas que moldaram o município.

É por meio deles que se pode entender, por exemplo, como ocorreram às primeiras formas de organização comunitária, ou quais foram os desafios enfrentados por gerações anteriores. A natureza dos documentos e os questionamentos históricos nos convidam a repensar a própria definição de documento, destacando que ele não é apenas um objeto físico, mas uma construção simbólica[1] e cultural. Para Bourdieu (2006) o poder simbólico refere-se à dominação exercida por meio de significados e símbolos socialmente legitimados

Karnal e Tatsh (2003) apontam que qualquer objeto, imagem, som ou relato pode ser documento, desde que analisado com os instrumentos da pesquisa histórica. O historiador deve formular perguntas ao material, extrair sentidos, estabelecer relações. Essa visão crítica permite que arquivos históricos sejam explorados de forma mais rica. Uma fotografia antiga de uma festividade popular (Figura 1), por exemplo, não é apenas uma imagem: é um testemunho de práticas sociais, de roupas, gestos e interações que falam sobre a sociedade de seu tempo.

[1] O poder simbólico é um conceito de Pierre Bourdieu que se refere à dominação exercida por meio de significados e símbolos socialmente legitimados

Figura 1: Festividade popular em Paraibuna



Fonte: Instituto Chão Caipira (1985).

Além dos documentos físicos, Paraibuna preserva um rico patrimônio imaterial, formado por saberes, crenças, festas populares, tradições orais e modos de vida que resistem ao tempo. Um exemplo é a Festa de São Benedito que segundo Deia (2015) iniciou-se entre 1976 e 1978. Essa festividade ocorre anualmente e é carregada de significado para a população local. A celebração mistura elementos religiosos, como procissões, congadas, apresentações de Moçambique (Figura 2), apresentações musicais, refeições comunitárias, leilões de prendas vivas e brincadeiras no pau de sebo (Figura 3). Entretanto, como apontado por Almeida (2025), a festividade “foi apenas uma das tantas outras festas que passaram por esse processo de comercialização e burocratização” (Almeida, 2025, p.91).

Em outro ponto da discussão, Almeida (2025) pondera que “observamos que as festividades continuam sendo um espaço de encontro entre pessoas, sendo frequentada pelos devotos ao santo, pelos moradores do bairro ou por outros munícipes” (Almeida, 2025, p.91). Essa festividade configura-se como um importante momento de afirmação identitária e resistência cultural. Cultura é algo gerado constantense a partir das experiências entre os membros envolvidos, e como apontado por Barth (2005), “(...) não para afirmar que a cultura é localizada em algum lugar, mas como uma forma de identificar onde ela está sendo produzida e reproduzida” (Barth, 2005, p.16).

Figura 2: Religiosidade na Festa de São Benedito, 1979



Fonte: Instituto Chão Caipira (s/d).

Figura 3: Brincadeira e leilão de prendas



Fonte: Instituto Chão Caipira (1985 e 1990).

Esse patrimônio imaterial não pode ser arquivado em pastas ou digitalizado, mas pode e deve ser registrado, estudado e protegido. A cultura popular é tão significativa quanto os documentos oficiais, pois traduz a vivência do povo paraibunense em suas múltiplas dimensões. Para Arantes (1981) cultura popular é como um conjunto de práticas, crenças, expressões e manifestações artísticas que emergem das comunidades. Sua capacidade de resistir e se adaptar frente a pressões externas, como a globalização, ressaltando a importância de valorizá-la como um patrimônio cultural.

CONCLUSÃO

A cultura popular exerce um papel fundamental na preservação e na transmissão da memória coletiva de uma sociedade. Por meio de diferentes expressões artísticas, como a música, a dança, as festas tradicionais, o artesanato, as narrativas orais e outras manifestações culturais, conhecimentos, experiências e costumes são compartilhados entre as pessoas e transmitidos ao longo das gerações.

Essas manifestações permitem que acontecimentos, valores e modos de vida do passado permaneçam presentes na sociedade, contribuindo para que a história de uma comunidade não seja esquecida.

Além de preservar a memória, a cultura popular também contribui para o fortalecimento dos laços sociais. Festas populares, apresentações musicais, danças tradicionais e celebrações coletivas, por exemplo, podem se tornar momentos de convivência e interação, compartilhando experiências, tradições e valores, fortalecendo as relações sociais e aproximando pessoas de diferentes idades e origens, construindo o sentimento de pertencimento e da identidade cultural. As tradições e manifestações populares fazem com que os indivíduos reconheçam elementos que fazem parte de sua história e de sua comunidade.

A identidade cultural, portanto, não está relacionada apenas ao indivíduo, mas também à sua relação com o lugar onde vive, com sua comunidade e com as tradições que foram transmitidas ao longo do tempo. Cada grupo social possui costumes, conhecimentos, crenças e formas próprias de expressão, e essa variedade constitui uma importante riqueza cultural. Preservar e valorizar a cultura popular significa reconhecer a importância das diferentes formas de viver e interpretar o mundo, evitando que determinadas tradições sejam esquecidas ou consideradas menos importantes do que outras.

Nesse contexto, a relação entre o patrimônio material e o patrimônio imaterial torna-se essencial para a preservação da memória de uma cidade. Essas duas dimensões do patrimônio estão diretamente relacionadas, pois muitas tradições imateriais acontecem ou estão ligadas a determinados espaços, objetos e construções. Da mesma forma, um prédio histórico ou um monumento pode possuir significado não apenas por sua estrutura física, mas também pelas histórias, memórias e experiências que estão associadas a ele. Por isso, preservar apenas os bens materiais não é suficiente para garantir a conservação completa da memória de uma comunidade. É necessário também proteger as histórias, os conhecimentos e as práticas culturais que dão significado a esses bens.

Por fim, garantir a transmissão desse patrimônio de geração em geração é uma forma de assegurar a continuidade da memória coletiva. As novas gerações precisam conhecer, valorizar e participar das manifestações culturais de sua comunidade para que esses conhecimentos não desapareçam com o passar do tempo. Dessa maneira, a preservação da cultura popular e a integração entre o patrimônio material e imaterial contribuem para manter viva a história de uma cidade, fortalecer a identidade de seus habitantes e valorizar a diversidade cultural que constitui a sociedade.

REFERÊNCIAS

Arantes, Antonio Augusto. **O que é cultura popular.** 1981.

Barth, Fredrik. Etnicidade e o conceito de cultura. **Revista Antropológica**, n. 19, p.15-30, 2005.

Bloch, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Bourdieu, P. **O poder simbólico**. 9. ed. Tradução de F. Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 320 p.

Canclini, Néstor García. **Culturas híbridas, poderes oblíquos**. São Paulo: EDUSP, p. 283-350, 1997.

Deia, José. **Memórias de Paraibuna**. 1ª ed. 4 volume. Paraibuna, 2015. Disponível em: haocaipira.org.br/publicacoes/AH2Kzt7QSco8.pdf.

Festividade em Paraibuna: Instituto Chão Caipira. Disponível em: <https://www.chaocaipira.org.br/instituto>.

Geertz, Cliford. **A interpretação das culturas**.

Halbwacs, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. 189 p.

Karnal, Leandro; Tatsch, Flavia Galli. A memória evanescente. **O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto**, p. 9-28, 2009.

Santos, Clara Cristine Almeida dos. **TEMPO DAS FESTAS: O PAPEL SOCIAL DAS FESTAS DOS SANTOS PADROEIROS NO MUNICÍPIO DE PARAIBUNA,** 2025, 98p.

Vianna, Letícia C. R. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.